

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED

GLADES MARTINS LEITE

**PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR INTEGRANDO A
ESCOLA COM A COMUNIDADE**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2015

GLADES MARTINS LEITE

**PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR INTEGRANDO A
ESCOLA COM A COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica- MEC, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Professor Julian Milone

SANTANA DO LIVRAMENTO

2015

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido no curso de formação de diretores da Escola de Gestores – MEC, como um Projeto de Intervenção tendo como tema a “Participação do Conselho Escolar integrando a Escola com a Comunidade” realizado numa escola localizada na cidade de Alegrete - RS. O objetivo principal é a participação do Conselho Escolar com a comunidade e com os demais segmentos, visando propor uma integração de todos os membros do colegiado. Participação e transparência são princípios essenciais da gestão democrática, em que todos os envolvidos no processo educacional (professores, pais, alunos e a comunidade representada pelas instâncias colegiadas) devem participar da gestão, assim como todas as ações e decisões tomadas devem ser de conhecimento de todos. A metodologia adotada para o desenvolvimento do PI foi pelo método da Pesquisa-ação que é uma metodologia muito usada em projetos de pesquisa educacional. De acordo com as pesquisas realizadas foi diagnosticado a importância do Conselho Escolar como um órgão fundamental para Gestão Democrática da escola. É preciso criar condições concretas para que essa participação ocorra de fato, para que tenha condições de se apropriar da escola e que a escola se esforce para democratizar o saber sem que isso lhe seja imposto. Dentre os instrumentos que vêm sendo estruturados no processo de democratização em gestão, conjuntamente com os autores pesquisados, entre eles PARO (1996 e 2009), WERLE (2003), destacamos o Conselho Escolar por considerarmos esta instância colegiada como sendo o mecanismo mais democrático até o momento dentro da escola, e principalmente por representar todos os segmentos da escola.

Palavra-Chave: Gestão Democrática. Participação. Conselho Escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	8
2.1 JUSTIFICATIVA.....	11
2.2 OBJETIVOS	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
4 METODOLOGIA	17
5 AÇÕES ANALISADAS	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é um resultado de um Projeto de Intervenção (PI) realizado numa escola situada no município de Alegrete. Trabalha com a modalidade do ensino fundamental de nove (9) anos da Educação Básica, tendo atualmente um quadro docente composto por quinze(15) professores e discente composto de cento e cinquenta alunos(150).

O projeto de intervenção é uma proposta que possibilita a participação efetiva do Conselho Escolar com a comunidade, integrando-se com todos os outros segmentos de pais, alunos, professores e funcionários a fim de definir pontos positivos e negativos a serem trabalhados na escola para que com isso a gestão se torne ainda mais democrática.

O objetivo principal deste projeto visa propor uma integração de todos os segmentos do colegiado representado no Conselho Escolar e comunidade escolar, despertando sua participação efetiva a fim de melhorar as condições sociais e a aprendizagem dos alunos.

Para embasar o projeto foi estudado o método da pesquisa-ação com os autores Kemmis e Mc Taggart, este método foi o fio condutor para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção (PI) que teve o intuito de estudar e ampliar o processo de participação do conselho escolar, no viés da gestão democrática.

O trabalho foi construído através de pesquisa bibliográfica, utilizando como suporte o saber dos teóricos, especialmente Vitor Henrique Paro, que aborda diversas discussões no que diz respeito à gestão democrática escolar dando destaque à sua relação com o meio comunitário e social como um todo e Ilma

Passos Alencastro Veiga, que concebe o Projeto Político Pedagógico como uma importante ferramenta para a democratização da educação e o Conselho Escolar como órgão representativo que assegura a efetivação do PPP.

A educação tem como função promover estratégias que efetivem a formação do cidadão e, conseqüentemente, a prática da cidadania. O ato de educar exige práticas próprias das relações humanas, pois no cotidiano escolar lidamos com sujeitos que agem de diferentes formas, influenciados por diversos fatores, entre eles, habitação, crenças, classe social, ambiente familiar, entre outros, por isso é importante que o espaço escolar seja um lugar onde predomine a prática democrática, que em sua abrangência, abarca o respeito às diferenças, a consciência ética, e o incentivo a participação.

No decorrer do trabalho foram realizadas várias ações, onde houve o incentivo da participação de todos os segmentos do conselho escolar.

Uma estratégia que a escola pode utilizar para tornar a integração da escola com a comunidade uma realidade possível foi de promover formações, seminários, palestras para todos os interessados em atuar nas mais diferentes funções da escola, incluindo todos os membros do Conselho Escolar, até os voluntários que trabalham na escola no Programa Mais Educação e Escola Aberta. Dessa maneira a comunidade além de interessar-se mais pela escola, pode capacitar-se para agir dentro do espaço escolar, colaborando de forma positiva e acabando com possíveis barreiras entre a escola e a comunidade, assegurando assim uma educação de qualidade.

Avaliando o processo de gestão democrática na escola, pode-se perceber que a escola não está distante da tão almejada qualidade de ensino. O nosso PPP está sendo reformulado, focalizando a função social da escola, de formar cidadãos, de construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem os alunos mais críticos e participativos.

Com o andamento do projeto o Conselho Escolar tornou-se mais parceiro nas atividades desenvolvidas no interior da escola e atividades extras curriculares atuando nas suas funções mobilizando as famílias a participarem mais em reuniões, informando o período de matrículas e rematrículas, mostrando o que a escola tem

de atrativo, fazendo visitas à casa das famílias dos alunos faltosos e em alguns casos resgatando-os de volta para escola; fiscalizando mais frequentemente a aplicação das verbas que a escola recebeu, a merenda fornecida aos alunos; promovendo ações com os alunos, professores e funcionários para evitar o desperdício dos materiais dentro da escola e o reaproveitamento dos mesmos.

Assim o Conselho Escolar contribuiu decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar no qual a escola e a comunidade se identificaram não só nos desafios, mas nos problemas sociais vividos na sua realidade.

2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O Projeto de Intervenção (PI) trata da “Participação do Conselho Escolar integrando a Escola com a Comunidade”.

A participação não deve constituir-se em algo meramente justaposto às atividades da escola. É bom que esse compromisso de participação estimule a própria forma de organizar o trabalho e todas as atividades levadas a efeito na unidade escolar. Se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações e as atividades que aí se dão, de modo a marcar os sujeitos que por ela passam com os sinais da convivência democrática.

Para tanto é fundamental o envolvimento, o comprometimento e a participação efetiva e responsável por parte de todos.

O Conselho Escolar é uma das ferramentas essenciais que concede à escola um caráter democrático, onde inicia-se o diálogo e a relação entre gestão, professores, funcionários e membros da comunidade escolar.

O Conselho Escolar (CE) tem natureza deliberativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora, constituindo-se no órgão máximo da escola, conforme estabelecido em lei.

A função **deliberativa** refere-se à tomada de decisões a respeito do PPP, ajudando a definir a missão da escola e estabelecendo prioridades em termos de recursos físicos e humanos; elaborar as normas internas de funcionamento administrativo, financeiro e pedagógico; aprovar encaminhamentos de problemas; e assegurar o cumprimento das normas.

A função **consultiva** refere-se à analisar as demandas de todos os segmentos da comunidade escolar e propor ideias que, nesse caso, podem ou não serem aceitas pelos gestores.

A função **mobilizadora** refere-se à promover a participação dos diferentes segmentos da comunidade em atividades que contribuam para consolidar a gestão participativa.

A função **fiscal** refere-se a acompanhar as ações administrativas, financeiras e pedagógicas, observando se estão de acordo com as normas acordadas e as leis em vigor e se contribuem com a qualidade educacional e social de alunos, professores, pais e funcionários.

A composição, organização e funcionamento são definidos pela legislação vigente e pelo regimento interno do CE.

Suas atribuições são:

- a) elaborar seu regimento;
- b) atender, modificar e aprovar o Plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola sobre programação e aplicação dos recursos necessários a manutenção da escola;
- c) criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar da definição do Projeto Político e Pedagógico da unidade escolar;
- d) divulgar, periódico e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, qualidade dos serviços prestados e resultados obtidos;
- e) convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou dos seus segmentos;
- f) propor, coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar e votar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente;
- g) coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;

- h) propor, coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar e votar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente;
- i) propor, coordenar a discussão junto aos segmentos e votar alterações didáticas e administrativas da escola, respeitada a legislação vigente;
- j) participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente;
- k) fiscalizar a gestão administrativo-pedagógica e financeira da unidade escolar;
- l) discutir e deliberar sobre o Plano político-administrativo-pedagógico-cultural e acompanhar sua execução, em conjunto com a equipe diretiva;
- m) aprovar projetos políticos pedagógicos que desencadeiam ações educativas;
- n) articular, avaliar e deliberar sobre os princípios de convivência;
- o) organizar o processo de matrícula no interior da escola, a partir das orientações da mantenedora;
- p) resolver os casos omissos do regimento.

Para que o CE contribua no enfrentamento dos problemas e desafios da escola, é importante que se organize-o coletivamente e mobilize-se a comunidade local, além de todos os segmentos da comunidade escolar.

O CE não é apenas à mera presença em reuniões, mas sim um coletivo que se forma num trabalho conjunto, para construir uma educação de qualidade referenciada. Como organismo colegiado é visualizado como uma ponte para tomada de decisões e a participação, alicerçado no diálogo presente em todas as ações que têm como horizonte a perspectiva de um trabalho articulado na escola.

2.1 JUSTIFICATIVA

O projeto é uma proposta que possibilita a participação do Conselho Escolar com a comunidade escolar nas atividades escolares, integrando-se com todos os segmentos, a fim de definir pontos positivos e negativos a serem trabalhados para que com isso a gestão se torne ainda mais democrática.

O principal problema que a escola enfrenta é a participação apenas de um membro do CE, ou seja, é somente a presidente do órgão que atua na escola. Os outros membros atuam muito pouco nas suas atribuições e funções.

A participação é uma característica indispensável na gestão democrática, pois através dela busca-se alcançar os objetivos com uma colaboração mais ampla e com maiores possibilidades de obter sucesso naquilo que se almeja.

Na atualidade, muitos estudos, acentuam de forma positiva que a presença dos Conselhos Escolares em muito tem contribuído para aprimorar a gestão democrática como espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola. Dessa forma, o Conselho Escolar se torna um aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e na democratização das relações de ensino.

Na escola enfrentamos problemas de toda ordem, que emperram e ou dificultam o trabalho educativo. Entre eles, estão problemas pedagógicos, problemas de pessoal, como falta de professores e ou de funcionários na escola, sua não valorização, ausências e rotinas no trabalho; problemas de estudantes, como a não aprendizagem, o desinteresse, a indisciplina; assim como problemas com os pais, como a sua pequena participação, a falta de consciência de sua importância no processo educativo escolar. E para enfrentar todos esses problemas é importante a organização coletiva e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Nesse sentido, esse tema tem uma grande importância para a escola, qual

seja o de fazer com o que todos os membros do colegiado Conselho Escolar assumam as suas funções e atribuições, não deixando apenas para um representante, normalmente o seu presidente, as atribuições de todos. Alguns membros não se envolvem com o pedagógico de maneira efetiva, os pais e a comunidade escolar tem pouca participação nas reuniões de cunho pedagógico.

Outro aspecto a ser observado é vinculado às dificuldades do dia-a-dia do Conselho Escolar e aos horários das reuniões que podem acontecer de acordo com os interesses da escola e a necessidade do Conselho. Porém não são colocadas alternativas para essa problemática, como uma reunião acontecer em horários decididos e pactuados pelos próprios membros, apresentados em assembleias com esse segmento.

O Conselho Escolar é muito importante no processo de democratização e na construção da cidadania. O maior desafio é ativá-lo de forma que atue com funcionalidade e efetividade.

Uma iniciativa do Ministério de Educação foi criar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (Brasil, 2004), onde podemos constatar no Caderno 1 – Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania que ele tem papel decisivo na democratização da educação na escola.

Democracia, participação e cidadania são termos que se complementam, onde a democracia garante a construção de direitos; a participação possibilita a sua legitimidade, e a cidadania garante a sua efetivação.

2.2 OBJETIVOS

O projeto tem como objetivo principal motivar a integração dos vários segmentos do Conselho Escolar no seu trabalho educativo, unido professores, alunos, pais, equipe diretiva e mais tantos outros participantes da comunidade escolar. É através desse projeto que vamos buscar motivação para que ocorra a integração de todos.

O objetivo do conselho escolar é assegurar a participação da comunidade no processo educacional, auxiliando e apoiando a equipe gestora em questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Ele atua de forma consultiva, deliberativa, normativa ou avaliativa, segundo a orientação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do MEC, de 2004. Entre as principais atribuições estão coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento da instituição, garantir a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP e acompanhar a evolução dos indicadores educacionais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, é importante tratarmos da importância do direito à educação, da gestão escolar democrática, do projeto político pedagógico e da participação coletiva de todos os implicados no processo escolar para o sucesso da aprendizagem. A Constituição Federal de 1988 (2013) traz em seu Artigo 206, inciso VI, que o ensino será ministrado com base nos princípios da gestão democrática do ensino público e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) através do Artigo 3º e 14º, reportando-se à CF/88, aponta a gestão democrática como um dos princípios do ensino público, por entendê-las como norteadoras das demais construções legais específicas para a normatização dos níveis da educação.

Pensar a gestão democrática como princípio a ser seguido na educação implica compreendê-la como possibilidade concreta de autonomia das instituições, visando à democratização e ao poder de decisão no uso dos recursos e no desenvolvimento das atividades de ensino, com a garantia da liberdade de pensamento, da livre manifestação de ideias e da implementação de órgãos colegiados com ampla participação da comunidade escolar e da sociedade.

A fundamentação da gestão democrática está, portanto, na construção de um espaço público de direito, que deve promover condições de igualdade, liberdade, justiça e diálogo em todas as esferas garantindo estrutura material e financeira para a oferta da educação de qualidade.

Para a efetivação dessa ampla concepção, espaços articulados de decisão e deliberação coletivas são necessários, e no âmbito das instituições educativas, a participação coletiva em um espaço público de direito se efetiva através do envolvimento de todos na definição de metas e na implementação de ações

envolvendo a comunidade e compartilhando a responsabilidade na definição do rumo da instituição.

Conforme Cury (2012), a “[...] educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente [...]” Sendo a educação escolar a principal responsável em orientar a formação do cidadão, a sua ação consciente e responsável para a vida em sociedade, faz-se necessário que o primeiro direito social seja respeitado, pois ter acesso à escola é um direito de todos e um dever do Estado e também da sociedade. Para garantir esse direito foram criadas leis, resoluções e pareceres a fim de proteger tal direito e garantir ao sujeito sua efetivação.

A Constituição Federal é clara ao garantir, no seu artigo 205, a educação como direito social:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e a avaliação do Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar onde a comunidade se identifica no enfrentamento, não só com os desafios imediatos, mas, dos graves problemas sociais vividos na realidade da escola.

Compete ao conselho Escolar debater e tornar claras suas atribuições, objetivos e valores que devem ser coletivamente assumidas, definindo prioridades e ajudando o cotidiano escolar. Suas reuniões devem ser de estudos e reflexões contínuas, que incluam, principalmente, a avaliação do trabalho escolar.

Dentro do Projeto Político Pedagógico é necessário que o Conselho Escolar seja um componente que prima por três setores: cidadania, participação e democracia.

A democracia e a participação fazem parte da cidadania e por isso são termos que se complementam, uma vez que, a democracia garante a construção de

direitos, a participação possibilita a sua legitimidade, e a cidadania garante a sua efetivação.

Para Navarro:

O Conselho Escolar surgiu da necessidade da existência de espaços de participação no interior da escola, para que os segmentos escolares possam exercitar a prática democrática. Dentre esses espaços, o Conselho Escolar se destaca, dado que sua participação está ligada, prioritariamente, à essência do trabalho escolar, isto é, ao desenvolvimento da prática educativa, em que o processo ensino aprendizagem é sua focalização principal, sua tarefa mais importante. Nesse sentido, sua função é, fundamentalmente, político-pedagógica. (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004, p.10)

Nesse contexto, o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola.

Sendo assim, o Conselho Escolar é um organismo de articulação entre a escola e a sociedade, uma instalação de uma prática pedagógica e de uma cultura política democrática e cidadã.

Não há como falar da atuação da comunidade nas questões ligadas a educação sem citar a importância da participação da família, onde começam as primeiras formas de educação, logo quando o aluno entra na escola ele já traz consigo uma bagagem adquirida na convivência familiar, portanto a escola precisa da participação dos familiares no decorrer do desenvolvimento de suas atividades, pois o trabalho em conjunto da família com a escola demonstra ser uma das estratégias mais eficazes para o bom andamento das atividades escolares.

Percebe-se a positividade do Conselho Escolar no que diz respeito à descentralização do poder nas instituições escolares, o que assegura uma maior vigência do espaço democrático na escola, desfazendo a antiga ideia de que o gestor é o centro de todas as ações que norteiam a escola e garantindo uma maior participação do coletivo no ambiente escolar em suas diferentes dimensões.

4 METODOLOGIA

A implementação do projeto na escola aconteceu de forma sistematizada, podendo dizer que foi a parte mais significativa de todo o estudo por se tratar de um projeto de pesquisa-ação.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do PI foi pelo método da Pesquisa-ação que é uma metodologia muito usada em projetos de pesquisa educacional. Segundo Thiollent (2002, p 75 apud VAZQUEZ e TONUZ, 2006, p 2), “com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condições de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico”, o que promoveria condições para ações e transformações de situações dentro da própria escola.

Segundo os autores, Kemmis e Mc Taggart (1988, apud ELIA e SAMPAIO, 2001, p. 248) destacam o conceito de pesquisa-ação com as seguintes palavras:

“Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma reflexão coletiva empreendida pelos participantes do grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa...” (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p. 248).

A pesquisa-ação educacional é uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino. Segundo Elliot (1997, p.17), a pesquisa-ação é um processo que se modifica continuamente em espirais de reflexão e ação, onde cada espiral inclui diagnosticar uma situação prática ou um problema a melhorar, formular estratégias, desenvolver essas estratégias de ação e avaliar sua eficiência, ampliar a compreensão da nova situação e proceder aos mesmos passos para a nova situação prática.

O envolvimento em todas as atividades referentes às instâncias colegiadas da escola foi muito produtivo, uma vez que a práxis foi sendo evidenciada em todo o trabalho.

A pesquisa teve início, em 2014, com a apresentação à comunidade escolar da realização do PI, para que fossem escolhidos o tema e a problemática a ser pesquisada. A partir disso o passo seguinte foi analisar os documentos do Regimento escolar e do PPP da escola a fim de acrescentar, manter ou alterar os itens conforme a realidade da escola. Foi aplicado um questionário aos professores com questões relacionadas à escola:

- Como acontece o seu planejamento e com que frequência?
- Como se dá o relacionamento da escola com a família e a comunidade?
- Quais os pontos positivos e negativos da gestão na escola?
- A escola demonstra um espaço democrático?
- Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?
- Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?
- No teu ponto de vista, o que tu considera relevante e que merece mais atenção da equipe gestora da escola?

De acordo com as respostas do questionário pudemos observar que:

- a) O planejamento da maioria dos professores é semanal;
- b) O relacionamento da escola com a família é bom, exigindo mais a participação dos pais;
- c) Os pontos positivos na escola são a abertura ao diálogo, apoio, relacionamento, trabalho, dedicação;
- d) Os pontos negativos foram relatados por apenas um professor na escola e foi relacionada à falta de comunicação entre os setores;
- e) A escola demonstra ser um espaço democrático;
- f) Para garantir o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola deverá haver um trabalho em conjunto com todos, boas práticas para o interesse do aluno;

- g) Para construção dos princípios de convivência deverão tornar os alunos mais participativos e autônomos, sendo responsáveis por suas escolhas e consequências e mais parceria da parte dos pais;

- h) Da equipe gestora o que merece mais atenção seria as estruturas da escola, mesmo sabendo que não depende apenas da equipe com também dos seus governantes.

Aos pais foi feito uma pesquisa com outro modelo para fim de haver mais praticidade ao responder as seguintes questões:

Aspecto	Positivo	Médio	Negativo
Sinto-me satisfeito com a escola que meu filho frequenta?	98%	02%	
Como é o seu relacionamento com os professores?	85%	15%	
Como é o seu relacionamento com a equipe gestora?	85%	15%	
O que você acha das instalações da escola?	60%	25%	15%
Como você julga a qualidade da merenda escolar?	97%	03%	
Você acha que o aprendizado do seu filho evoluiu nesse ano?	70%	30%	
Você acha que a escola está aberta para a participação?	95%	05%	
Participação da comunidade e da família na escola	65%	25%	10%

Foi realizada uma reunião com toda comunidade escolar para apresentação de todos os membros do Conselho Escolar e também suas respectivas atribuições. Nessa reunião foram elaboradas algumas metas para tornar o conselho um espaço de fortalecimento da gestão democrática, destacando a participação de todos os membros na reconstrução e avaliação do PPP da escola e o Regimento Escolar, juntamente com a equipe gestora e coordenação pedagógica, construindo conhecimento, atitudes e valores que tornem o cidadão um ser solidário, crítico e participativo. A reformulação coletiva do PPP representa um espaço para a construção de uma escola pública democrática, da mesma forma será o Regimento Escolar, que dele se origina. Também foram propostas reuniões e encontros

quinzenais com os membros do Conselho, havendo uma mobilização de todos os envolvidos.

Nessas reuniões os conselheiros discutiram a participação, democracia e cidadania. Conhecendo esses conceitos, todos se engajaram nessa causa e mobilizaram a comunidade escolar para o exercício da democracia participativa.

Ao longo desses encontros puderam mobilizar pais, alunos, professores e também funcionários a participarem das suas ações, facilitando a intercomunicação entre todos. Essas ações favoreceram a aproximação da gestão com todos os envolvidos no processo educacional.

Uma das metas a serem cumpridas será a construção de projetos aos alunos que visam a cidadania, projetos que significam crescimento pessoal e profissional, considerando a sociedade complexa e contraditória na qual o aluno está situado. Nessa direção, são várias as atividades de cunho pedagógico que podem ser desenvolvidas na escola e na comunidade escolar coma participação decisiva do Conselho Escolar.

Participar da construção de um projeto educacional requer do CE a organização de debates e estudos que permitam a todos os segmentos da comunidade escolar a compreensão das vinculações do fazer pedagógico com as demais práticas sociais.

5 AÇÕES ANALISADAS

No que se refere ao exercício do PI na escola podemos dizer que, apesar do curto período de tempo, desenvolveram-se as ações planejadas como reuniões na escola com a presença e a participação dos vários segmentos da comunidade escolar com o intuito de debater, discutir, estudar e formar ideias e conceitos referentes à gestão democrática, à atuação dos colegiados na gestão e à participação, retomando aspectos importantes do PPP, como princípios norteadores, a missão e os valores.

As ações dos colegiados podem ser importantes ferramentas para a melhoria do processo educativo e para o exercício da democracia no interior das escolas. De acordo com essa afirmação, Abranches (2003, p 14) ressalta que:

“Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas.”

Nas pesquisas realizadas na escola no decorrer do PI, no ponto de vista de professores, funcionários e alunos a escola apresenta como pontos positivos a abertura ao diálogo, sempre apoiando todos os segmentos; o bom relacionamento entre todos; o satisfatório trabalho em equipe e a dedicação de professores e funcionários sempre presente no dia a dia da escola. Como pontos negativos destacou-se a falta de comunicação entre alguns setores da escola. Nas pesquisas realizadas com os pais foi relatado que o relacionamento com professores, equipe gestora é positivo, bom; a maioria avaliou que a escola está aberta a participação, mas que ainda há muita falta de interesse dos próprios pais em frequentar a escola. Concomitante com o PI foi desenvolvido pela comunidade escolar um manifesto de conscientização do trânsito em frente à escola, visto que o acesso à mesma foi

dificultado devido a normas inadequadas ao deslocamento do transporte coletivo municipal na via escolar. A ação proposta pela escola foi o pedido de um redutor de velocidade próximo a faixa de segurança em frente a escola. O trabalho foi realizado com a participação de professores, alunos e funcionários da escola e com o apoio dos agentes de trânsito do município.

De acordo com as pesquisas realizadas podemos diagnosticar que precisamos muito da participação e envolvimento de todos na escola. Que a escola esteja aberta ao diálogo. É preciso criar condições concretas para que essa participação ocorra de fato, para que tenha condições de se apropriar da escola e que a escola se esforce para democratizar o saber sem que isso lhe seja imposto. De acordo com Paro (2005):

Se queremos uma escola transformadora, temos que transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados os sistemas de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2005, p 10)

Com o intuito de coletar dados concretos sobre a realidade do Conselho Escolar na escola, foi aplicado mais um questionário para os membros da escola e comunidade escolar, com as seguintes questões:

- Como o Conselho Escolar atua no cotidiano da escola?
- É possível uma gestão democrática sem a representação da comunidade escolar?
- O Conselho Escolar funciona de forma colegiada com funções diretivas objetivando a democracia do ensino?
- O Conselho Escolar cumpre suas atribuições?

Após a aplicação dos mesmos, constatou-se que:

- a) Os segmentos dos pais não participa ativamente por talvez não sentirem-se envolvidos no processo educativo da escola. Já no segmento dos professores a participação é maior, por já estarem na escola, mas mesmo assim quem acaba participando mais ativamente é o presidente do conselho.
- b) Nessa questão houve unanimidade nas respostas, jamais será possível uma gestão democrática sem a participação da comunidade escolar.
- c) Uma porcentagem bastante grande desconhece a principal função do Conselho Escolar, mas houve alguns que responderam que são

chamados a resolverem questões de disciplina dos alunos e na aplicação dos recursos financeiros.

- d) Nessa questão como a maioria desconhece suas atribuições, deixaram em branco a questão. Sendo que alguns responderam que geralmente o conselho atua de forma fiscalizadora.

A comunidade escolar deve estar ciente do seu papel, a fim de construir sua identidade e autonomia. Conforme Freire (2000), "é de suma importância a experiência, a leitura e a releitura do mundo". O CE deve buscar mais a participação consciente, a compreensão da representatividade e do compromisso responsável de toda comunidade com o bem comum.

Na continuidade das ações desenvolvidas, também realizamos um Seminário de Integração. Baseando-se que a educação em Direitos Humanos está relacionada ao Direito à educação, esta uma questão defendida pela ONU, o Conselho Escolar resolveu discutir junto com a comunidade escolar os direitos e deveres e conscientizar todos os segmentos da escola e da comunidade escolar sobre o tema.

Foi realizado um Seminário na Câmara de Vereadores do município com palestras e debates sobre o tema: "Como Educação em Direitos Humanos contra discriminação, violência escolar, igualdade de gênero e igualdade étnico/racial". Também foram apresentados mostra de trabalhos construídos pelos alunos juntamente com alguns pais, onde usaram sua criatividade construindo telas artísticas, máscaras de origem africanas, pratos típicos e outros. No seminário cada aluno trabalhou diversos assuntos onde incluíram o tema. Na realização desse seminário o conselho atuou de forma articuladora, fazendo com que os que vivem em torno da escola e dentro dela contribuam para que seja um espaço de afirmação de direitos e de construção de novos direitos, numa perspectiva solidária e participativa, no qual os indivíduos vão conquistando espaços de exercício da cidadania nas relações sociais que se dão na escola, compreendendo-se como sujeitos de direitos, aprendendo a respeitar os outros, a praticarem o respeito à diferença, à divergência, e a valorizar o pluralismo, o multiculturalismo, assumindo uma postura ética e solidária na construção da humanidade junto com as outras pessoas.

O Conselho Escolar contribuiu para mobilizar a comunidade escolar nas suas práticas, através da qual buscou-se a democratização da escola fazendo emergir as dificuldades e medos sobre a realidade educacional, criando expectativas e esperanças para novas possibilidades e compromissos.

Um dos objetivos práticos alcançados, para além das conquistas democráticas no seio da comunidade escolar, foi a colocação do redutor de velocidade próximo à faixa de segurança em frente à escola, onde há um grande fluxo de ônibus, carros, etc.

O Conselho Escolar é o grande aliado da direção da escola, e para que essa parceria realize um trabalho de acordo com o esperado e satisfaça a comunidade, é preciso que haja sintonia entre os parceiros e abertura por parte da direção da escola para ouvir e aceitar a voz do conselho nas tomadas de decisão. A participação do conselho deve ser de forma autônoma, espontânea e consciente.

Segundo Werle (2003, p.60):

[...] não existe um Conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelecer, construir e operacionalizar. Cada conselho tem a face das relações que nele se estabelecem. Se forem relações de responsabilidade, de respeito, de construção, então, é assim que vão se constituir as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Ao contrário, se forem relações distanciadas, burocráticas, permeadas de argumentos, tais como: "já terminou meu horário", "este é meu terceiro turno de trabalho", "vamos terminar logo com isto", com que legitimidade o conselho vai deliberar ou fiscalizar?!

Assim sendo, é necessário que haja a conscientização de todos os segmentos envolvidos no CE em realizar suas funções e atribuições, e com a implementação do projeto isso já está acontecendo na nossa escola.

Partindo dos problemas apresentados, a escola conseguiu fazer com que alguns membros dos segmentos envolvidos no CE realizassem suas funções e atribuições juntamente com a presidente, não deixando apenas para ela suas atribuições. No segmento alunos houve bastante envolvimento, até em buscar a criação de um Grêmio Estudantil dentro da escola, também criaram um jornal interno dentro da escola para divulgação de projetos e atividades dentro e fora da escola, havendo a integração de todos da comunidade escolar

No seminário desenvolvido houve muito a socialização de todos os envolvidos, a organização dos grupos de estudos, com a mediação dos professores.

O PI foi o passo inicial, o desafio para esse coletivo é oferecer condições para a articulação de todos os segmentos, no sentido de uma participação mais efetiva em prol dos objetivos da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação deve ser tratada e realizada como um direito e não como um serviço. Não deve resumir-se a ofertas de vagas nas escolas públicas, não é apenas o acesso à escola que garante a realização do direito à educação, é preciso também assegurar a qualidade do ensino, a permanência e a aprendizagem dos alunos na escola, a formação continuada dos professores e demais trabalhadores em educação e também da família, com a realização de palestras promovidas pelo Conselho Escolar, além de investir em uma educação de princípios e valores democráticos que responda aos interesses da comunidade.

O Conselho Escolar se constitui numa forma colegiada da gestão democrática. A gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. O Conselho escolar é o parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola, e está ligado, prioritariamente, à essência do trabalho pedagógico. Praticamente todas as questões relacionadas à prática educativa fazem parte das atribuições do Conselho escolar, pois o mesmo tem a função político - pedagógica.

Observamos que a implementação contribuiu para mobilizar a comunidade escolar nas intencionalidades e nas suas práticas. O trabalho propiciou a conscientização sobre a importância da participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, e que essa participação se fará indispensável na escola. Conquistar o envolvimento e a participação de todos os segmentos será um processo em contínua construção.

Esse trabalho alcançará êxito quando indivíduos politizados tomarem realmente o destino da escola em suas mãos, realizando um trabalho de politização e conscientização envolvendo toda comunidade no processo de reflexão e ação.

. Assim sendo, o Conselho Escolar através do seu trabalho conseguiu incentivar a participação de todos os segmentos envolvidos no processo educativo, de modo a assegurar a sua adesão e comprometimento com os ideais de renovação democrática na escola, procurando interagir com os projetos comunitários, de natureza socioeducativa, que visem promover o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

Concluo que o espaço de participação representado pelo Conselho Escolar é muito importante para a gestão democrática na escola. Havendo mais diálogo, envolvimento e participação, os colegiados devem ser cada vez mais valorizados, incentivados e priorizados no interior das escolas.

Considerando que ainda há um longo caminho a percorrer na busca pela efetiva democratização nos espaços escolares, sabemos que o caminho foi trilhado e as conquistas começam a dar resultados, como o CE atuando mais ativamente em suas funções, algumas famílias integrando-se com a escola, ajudando seus filhos na sua vida escolar. O diálogo estabelecido no interior da escola foi fundamental no processo democrático, o qual vem buscando cada vez mais caminhos para aperfeiçoar as relações estabelecidas dentro e fora da escola. A possibilidade de se construir uma escola democrática, onde haja a integração de toda a comunidade, embora seja uma tarefa muito árdua e contínua, deve ser uma das incumbências da gestão. É um grande avanço para a democratização ter um PPP elaborado a partir dos anseios escolares e da comunidade e um Conselho Escolar atuante e que funcione com a participação de todos os membros, colaborando de forma positiva para que se assegure uma educação de qualidade e que impulse a gestão democrática, promovendo a cidadania.

Encerro esse trabalho com as palavras de Freire:

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente.” (Paulo Freire, Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: Espaço de participação da comunidade.** São Paulo.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola de Gestores da Educação Básica: Formação a Distância para Gestores da Educação Básica.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares**

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Conselhos Escolares e a democratização da escola e a construção da cidadania.** Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 1).

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino,** 2009.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez. 2011.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio.** 2ed. São Paulo. Saraiva, 2010

VEIGA, Ilma P.A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da escola básica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.